

JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO

Reunião do Comitê Estratégico – RCE

RAE nº 1/2021

Local: Ambiente virtual – *Google Meet*

Data: 15.03.2021

Horário: 10:00 às 11:10

Comitê Estratégico	Membros	Área
Diretor-Geral	HUGO PEREIRA FILHO	DIGER
Assessoria da Presidência	CAIO SILVA GUIMARÃES	ASJUR
Secretários	MARIA CECILIA DE SÁ ARRUDA ORLEANES CAVALCANTI DE O. VIANA GOMES CARLOS ANTÔNIO SAMPAIO DE MELO IBERÊ COMIN NUNES BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO JOSE HERMINIO PINHO NETO (substituto) JARBAS MARINHO LOPES	SCR SJU STI SOF SAD SCI SGP
Coordenadoria de Eleições	EDNA FERNANDES SABOIA	COELE
Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral	ÁGUEDA ODETE GURGEL DE LIMA	COEJE

	Participantes Convidados	Área
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão	JOSÉ ROMAICO DE CARVALHO	ASPEG
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão	ALEX BARROS AZEVEDO BOMFIM	NES
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão	TIAGO MOURA SOBREIRA BEZERRA	ASPEG
Assessoria da Diretoria-Geral	ROBERTA MARTINS CASTRO	ASDIR
Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial	ALINE OLIVEIRA MARTINS	ASCOM
Coordenadoria de Atendimento ao Eleitor	LORENA DE ALMEIDA MORAIS BELO	COATE
Ouvidoria Regional Eleitoral	LIVIA NEIVA MOUSINHO	OUVIR
Ouvidoria Regional Eleitoral	ANNA CAROLINA A. F. L. M. SILVA	OUVIR

Pauta:

1. Resultados do Planejamento Estratégico do TRE/CE – 2020 (PAD nº 2430/2021)

Deliberações	Área Resp.	Prazo
Apresentados os resultados do ano de 2020 do Planejamento Estratégico 2015-2020, os gestores passaram a avaliar o desempenho dos 31 indicadores de apoio, dos 12 indicadores estratégicos e do Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral (IDJE), indicador institucional. Pelas análises, restaram evidenciados os impactos da pandemia nos resultados, confirmando o que vinha sendo observado na 2ª e 3ª RAE de 2020.		-
O Resultado do IDJE ficou abaixo da pontuação-alvo mesmo com os ajustes realizados após considerações dos gestores, confirmado o histórico de não alcance da meta em ano eleitoral.	COE	
Iniciadas as discussões, assim se manifestaram os gestores: Índice de acesso à Justiça: O número de eleitores presos provisórios foi zero, o que impactou bastante o indicador. Pela primeira vez, não houve instalação de seção em unidades prisionais, por um pedido pela Secretaria de Justiça do Estado. Índice de satisfação do usuário: O indicador considera os resultados da pesquisa nos sistemas SOU e SEP. O sistema SEP foi impactado pela pandemia em razão da		

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>suspensão do atendimento presencial de eleitores. No SIPOG, o desempenho da variável estava registrado como zero. O Diretor-Geral questionou quanto à compreensão do resultado, que poderia ser distorcido, dando a entender que o resultado 42,5 refletiria a insatisfação do público. Desconsiderando os dados do SEP, prejudicados pela pandemia, e levando em conta apenas os dados do SOU, o resultado do indicador atingiria 85,09.</p>		
<p>Índice de participação em ações de educação política do Programa Eleitor do Futuro: A COEJE manifestou que o indicador não reflete as ações da área. Houve um aumento significativo no número de estudantes de 2018 para 2020, mas o resultado foi impactado pela diminuição no número de professores. A COEJE diz que o peso do número de professores deve ser menor que o do número de estudantes e que a fórmula deveria ser de mais fácil compreensão. Outro questionamento da COEJE foi a comparação entre 2018 (eleição geral) com 2020 (eleição municipal). A série histórica foi considerada confusa.</p>		
<p>Indicadores de consumo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Índice de redução de impacto ambiental • Índice de redução de despesas de material de insumo • Índice de redução do custo de comunicação telefônica e postal <p>O desempenho desses indicadores também foi diretamente impactado pela pandemia. Com a adoção do trabalho remoto, o consumo foi bem menor, elevando consideravelmente os resultados. O desempenho desses indicadores foi destacado no Relatório do PLS 2020 (Doc. PAD. 30882/2021).</p>		
<p>Índice de execução do PAAA: Eram 4 auditorias, sendo 2 estabelecidas pelo TSE e CNJ, porém as duas deixaram de ser realizadas por causa da pandemia e por iniciativa dos órgãos. Por isso, o resultado do indicador foi de 50% (2/4).</p>		
<p>Índice de julgamento de processos de conhecimento de 1º grau: Houve um aporte muito grande de processos por causa das eleições. Foi destacada pela área a questão da atualização do ATENA. O indicador saiu de 145,51 (2º quadrimestre de 2020) para 95,05 (ano de 2020). Além disso, inconsistências foram detectadas e, quando corrigidas, também repercutiram no resultado do indicador.</p>		
<p>Índice de julgamento de processos de conhecimento de 2º grau: O indicador saiu de 143,18 (2º quadrimestre de 2020) para 82,12 (ano de 2020).</p>		
<p>Índice de celeridade na tramitação dos processos de 2º grau: Já se esperava a redução do resultado. O indicador foi bastante impactado por causa da suspensão nos prazos processuais, reflexo da pandemia. Janeiro a março – na normalidade, abril a setembro – paralisação dos prazos processuais (eletrônicos até maio; físicos, até setembro), outubro a dezembro – recursos das eleições. Todos os processos que não estavam relacionados à eleição tinham a tendência de ficar paralisados. Além disso, em ano eleitoral o índice geralmente cai. A paralisação do prazo de processos físicos impactou bastante no indicador.</p>		
<p>Índice de execução do Planejamento Integrado de Eleições: A COELE diz que o indicador não retrata a realidade. Na 41ª RCE de 2020 – Doc. PAD nº 162.807/2020, o Comitê deliberou que o acompanhamento não seria mais feito pelo SIMPLES, sistema que traz esse resultado. Na ocasião a COELE advertiu quanto ao impacto da medida no indicador. Com essa deliberação, o acompanhamento das atividades não foi feito pelo SIMPLES, e os líderes também não informaram à COELE. O resultado do indicador, 30,99, não reflete o momento até o qual as atividades eram acompanhadas pelo SIMPLES, não refletindo, portanto, a realidade. A COELE vai reexaminar o indicador.</p>		
<p>Índice de virtualização das comunicações geradoras de ASE: Em ano eleitoral, quando o cadastro fecha, os ASEs são lançados, mas não são processados. Então o número de ASEs no ELO fica maior do que no PÓLIS. Depois, com a reabertura do cadastro, normaliza. Além disso, a suspensão SIEL impactou no indicador. O sistema</p>		

Deliberações	Área Resp.	Prazo
também foi tirado do ar por causa de problemas de segurança do sistema. Sem acesso ao SIEL, não há acesso aos dados para alimentação do PÓLIS.		
Índice de governança e gestão de pessoas: baseado no IGovTCU, o indicador contempla uma variedade considerável de ferramentas e procedimentos. A SGP destaca este como o seu principal indicador e envida esforços para buscar melhores resultados. Pontuou ainda a necessidade de um olhar mais estratégico no tratamento das demandas, inclusive com a participação da administração, tendo em vista o impacto das decisões a serem tomadas no sentido de atender o rol de exigências do IgovTCU em relação à gestão de pessoas.		
Índice de aderência orçamentária: resultado inferior à meta em função da pandemia, pois muitas despesas de tiveram valor muito abaixo do que o esperado. Por outro, a economia de recursos gerada foi direcionada para os investimentos do Data Center da nova sede.		
Índice de governança e gestão de TIC: A STI destacou o resultado pouco abaixo da meta e o fato de o questionário adotar padrão do TCU. Em seguida, considerou acerca da possibilidade de mudar para o padrão do CNJ (o indicador está dentro do esperado dentro do padrão do CNJ, no nível aprimorado. Lembrou ainda questionamentos formulados em relação a determinados itens, como a gestão de riscos, que, no entender da STI, não seriam aplicáveis à TI.		
Índice de atualização tecnológica: Defasagem de equipamentos. A última compra de computadores para a SEDE aconteceu em 2018. A quantidade de equipamentos com mais de 5 anos de uso nos cartórios é a imensa maioria. Compra de computadores deve ser prioridade este ano.		
Deliberações: <ul style="list-style-type: none"> ➤ no cálculo do Índice de satisfação do usuário, deverá a variável relativa ao SEP informar o resultado até quando o Sistema foi utilizado (mês de março). ➤ deve ser aplicado ao Índice de execução do Planejamento Integrado de Eleições o resultado do 2º quadrimestre, visto que antes do seu fim o SIMPLES já estava desativado. 		
Observações: com os ajustes, nos termos das deliberações, assim ficou o resultado dos indicadores:		
Índice de satisfação do usuário: com a inclusão do resultado da variável referente ao SEP para 95,3, resultado até quando o Sistema foi utilizado, o resultado do indicador passou para 90,19.		
Índice de execução do Planejamento Integrado de Eleições: O valor do indicador foi corrigido para 43,29, resultado do 2º quadrimestre.		
Com esses ajustes, O IDJE, cuja pontuação-alvo era de 68,78, ficou em 64,81. Ressalte-se que ainda será alterado em virtude do novo resultado do indicador da COEJE, conforme pauta seguinte.		

2. PAD 3766/2021: Solicita revisão dos cálculos de indicadores estratégicos da EJE

Deliberações	Área Resp.	Prazo
Tratado na apresentação dos resultados.		
Deliberação: ajuste na fórmula do indicador conforme solicitado, com atribuição de pesos diferenciados para aluno e para professor. Os ajustes devem ser aplicados já para o ano de 2020.	COEJE	Imediato

Assinam eletronicamente:

HUGO PEREIRA FILHO
DIGER

CAIO SILVA GUIMARÃES
ASJUR

MARIA CECILIA DE SÁ ARRUDA
SCR

ORLEANES CAVALCANTI DE O. VIANA GOMES
SJU

BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO
SAD

JOSE HERMINIO PINHO NETO
SCI

IBERÊ COMIN NUNES
SOF

JARBAS MARINHO LOPES
SGP

CARLOS ANTÔNIO SAMPAIO DE MELO
STI

EDNA FERNANDES SABOIA
COELE

ÁGUEDA ODETE GURGEL DE LIMA
COEJE